

Telejornalismo público e negacionismo científico: o combate à desinformação sobre a vacinação na pandemia de COVID-19¹

Acsa Roberta Macena da Silva

(Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

(acsamacena@ufpe.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9509-6505>

Heitor Costa Lima da Rocha

(Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

(heitor.rocha@ufpe.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3967-9084>

João Carlos Ferreira Correia

(Departamento de Comunicação, Filosofia e Política – Faculdade de Artes e Letras – Universidade da Beira Interior)

(jcfcorreia@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6317-9007>

Acsa Roberta Macena da Silva: Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). Mestra em Comunicação pelo PPGCOM/UFPE. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPE.

Heitor Costa Lima da Rocha: Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador Produtividade do CNPq P2.

João Carlos Ferreira Correia: Professor Associado com Agregação no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política – Faculdade de Artes e Letras – Universidade da Beira Interior.

¹ Este artigo é baseado em tese de doutorado inédita, de autoria de Acsa Roberta Macena da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE) em junho de 2025, sob orientação do Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha e coorientação do Prof. Dr. João Carlos Ferreira Correia.

Submissão: 18/07/2025

Aceitação: 08/11/2025

Telejornalismo público e negacionismo científico: o combate à desinformação sobre a vacinação na pandemia de COVID-19

Resumo (PT): Este trabalho realiza uma análise comparativa entre o telejornalismo público em Portugal e no Brasil durante a cobertura da vacinação contra a COVID-19. Foram analisadas cinco matérias de cada país e realizadas cinco entrevistas em profundidade com profissionais do Telejornal (RTP) e do Repórter Brasil (TV Brasil). A metodologia inclui análise de conteúdo e de discurso jornalístico (Herscovitz, 2010; Benetti, 2010). A pesquisa entende a inovação no telejornalismo como o cumprimento de compromissos éticos e deontológicos diante de pressões especialmente políticas. Em Portugal, destaca-se o combate à desinformação e a promoção de valores democráticos. No Brasil, observa-se o foco na ciência, mas limitação na autonomia jornalística e silenciamento de abordagem sobre o negacionismo da Presidência da República. Ambos reafirmam sua função sociopolítica na luta pelo fortalecimento da esfera pública.

Palavras-chave: Telejornalismo público, Desinformação, COVID-19, Vacinação.

Public television journalism and scientific denialism: combating misinformation about vaccination during the COVID-19 pandemic

Abstract (EN): This study conducts a comparative analysis of public television journalism in Portugal and Brazil during the coverage of COVID-19 vaccination. Five news reports from each country were analyzed, along with five in-depth interviews with professionals from Telejornal (RTP) and Repórter Brasil (TV Brasil). The methodology includes content analysis and journalistic discourse analysis (Herscovitz, 2010; Benetti, 2010). The research views innovation in television journalism as the fulfillment of ethical and deontological commitments in the face of external pressures, particularly political ones. In Portugal, the emphasis is on combating misinformation and promoting democratic values. In Brazil, while there is a focus on science, journalistic autonomy is limited, and there is a noticeable silence regarding the denialism of the Presidency. Both contexts reaffirm the sociopolitical role of public journalism in strengthening the public sphere.

Keywords: Public broadcast journalism, Disinformation, COVID-19, Vaccination.

Introdução

No campo do jornalismo, a inovação não se restringe à incorporação de tecnologias digitais, mas envolve também mudanças simbólicas, organizacionais e editoriais que reforçam o compromisso ético e público da informação (Pavlik, 2013). Dessa forma, o jornalismo praticado pelos serviços públicos de comunicação deve ser compreendido, em si, como uma forma de inovação pela sua orientação voltada ao interesse público.

Em um ecossistema mediático marcado por acirrada concorrência comercial, polarização política e proliferação da desinformação, ele se destaca por assumir um papel contracorrente. Deve garantir informação de qualidade e pluralismo, baseado em princípios éticos que priorizam o bem comum. Isso é crucial, pois o jornalismo comercial não tem atendido adequadamente “as demandas cognitivas para o exercício dos direitos civis e políticos” (Rothberg, 2010, p. 22).

Dessa forma, a inovação no jornalismo público reside em mecanismos que corroborem o cumprimento de sua função, orientada à cidadania. Além disso, em um contexto global no qual os serviços públicos de comunicação enfrentam ameaças como tentativas de apropriação governamental, pressões políticas e/ou econômicas, torna-se ainda mais relevante reforçar seu papel para garantia do direito à informação de interesse público.

Isso representa uma inovação simbólica e política, sobretudo em contextos de crise sanitária, como o da pandemia de COVID-19. Ao se posicionar como mediador do conhecimento científico e defensor da responsabilidade pública, o telejornalismo público reafirma seu valor democrático, o que justifica sua análise à luz de uma abordagem multidimensional da inovação.

Diante disso, o presente trabalho analisa como o serviço público de comunicação em Portugal e Brasil atua em crises globais, focando as estratégias contra a desinformação e os valores que orientaram a cobertura jornalística durante a instabilidade informacional. Para isso, realizámos um estudo de caso comparativo sobre o principal noticiário público da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), o Telejornal, e o Repórter Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a TV Brasil, durante a pandemia de COVID-19.

Neste artigo, apresentamos a análise das dez matérias voltadas à temática da vacinação, sendo cinco de cada telejornal. A escolha do tema se justifica pela sua centralidade no debate público durante a pandemia, período marcado pela disseminação de

desinformação e posicionamentos políticos divergentes. O contraste entre o negacionismo político-institucional no Brasil e a resposta baseada na ciência em Portugal reforça a relevância da abordagem comparativa.

A investigação inclui, ainda, a realização de dez entrevistas com profissionais de ambos os países em diferentes cargos dos noticiários. O estudo contribui para a compreensão de como o telejornalismo público pode se posicionar como um agente de resistência informativa em um cenário marcado pela crise sanitária com desdobramentos e implicações no campo da comunicação pública, especialmente nas relações entre mídia, política e sociedade.

1. Tensionamentos entre isenção jornalística e responsabilidade social do telejornalismo público

O jornalismo de serviço público, especificamente o desenvolvido no âmbito dos sistemas públicos de comunicação, ocupa uma posição estratégica como agente social entre as disputas políticas a fim de obter a consecução da cidadania, sobretudo em contextos de crise. A sua legitimidade repousa na capacidade de elucidar a pluralidade de vozes e ideias (Herman, 2016) e de realizar o julgamento social sobre os acontecimentos que estão em disputa simbólica da esfera pública.

Embora o jornalismo, por essência, se relacione com o interesse público, o conceito de jornalismo público (Coleman, 2003; Lattman-weltman, 2007) designa uma prática comprometida com a mediação social e o exercício da cidadania. Já o jornalismo de serviço público possui especificidades institucionais, como gestão com participação da sociedade civil, autonomia relativa em relação ao governo e financiamento estatal, de doações ou de publicidade institucional, controle social e missão pública (Mendel & Salomon, 2011; Bucci, 2015), que influenciam diretamente sua autonomia e função democrática.

Em Portugal, Cádima (2016) e Ascensão (2019) apontam que o Telejornal da RTP, principal noticiário público do país, tende a privilegiar vozes institucionais, reduzindo a participação da sociedade civil no espaço público. No Brasil, Bucci (2015) e Rothberg (2010) também evidenciam tensões entre autonomia editorial e controle governamental. A articulação desses contextos demonstra que, embora inseridos em realidades institucionais distintas, ambos os países enfrentam desafios semelhantes quanto à autonomia e à legitimidade democrática do jornalismo público.

No Brasil, o financiamento predominantemente estatal e a vinculação da EBC à Secretaria de Comunicação da Presidência configuram um campo de tensão entre autonomia editorial e dependência financeira (Bucci, 2015). Essa condição impõe limites à inovação editorial, sobretudo em coberturas que envolvem críticas ao próprio governo. Em Portugal, embora a RTP conte com a Contribuição para o Audiovisual, taxa cobrada a todos os consumidores de eletricidade, e obtenha receitas comerciais, também enfrenta críticas quanto à sua autonomia e à influência governamental sobre sua linha editorial (Sousa & Santos, 2003).

Hallin e Mancini (2010, p. 55) argumentam que é imprescindível o asseguramento da autonomia jornalística, “para preservar não a neutralidade, mas a integridade deste processo de ‘julgamento social’”. Diferente de uma concepção pretensamente neutra sobre a interpretação da realidade social, os autores destacam que o jornalismo, especialmente no contexto público, exerce a função de contextualizar os acontecimentos, identificar suas causas e avaliar seus impactos sociais. Essa função sociopolítica torna o jornalista um agente ativo na construção do sentido das notícias.

Essa abordagem interpretativa é mais viável em sistemas públicos de comunicação, guiados por princípios de serviço público e não pelo lucro. Um dos fatores que justificam sua ação está relacionado com o processo de mercantilização do jornalismo (Ross, 2008), que tem resultado na supressão de notícias importantes.

Em Portugal, o Conselho Geral Independente (CGI) busca viabilizar essa prática ao supervisionar a gestão da RTP, nomear seu Conselho de Administração, aprovar o projeto estratégico e avaliar seu desempenho. No Brasil, a nomeação dos gestores da EBC pelo governo, sua vinculação à Secom e a ausência de controle social deliberativo evidenciam sua vulnerabilidade. Assim, os sistemas públicos nem sempre asseguram um jornalismo comprometido com o interesse público.

Tais situações contribuem para expor esses sistemas à instrumentalização político-partidária, o que compromete sua função crítica e enfraquece sua legitimidade social (Habermas, 1997). Esse fenômeno também é observado por Hallin e Mancini (2010) nos modelos de mídia polarizado e liberal, em que pressões políticas e econômicas limitam a autonomia jornalística e resultam em perda de credibilidade.

A depender do ambiente democrático estabelecido pelos governos, o jornalismo público pode assumir um papel distintivo, contribuindo de maneira mais significativa para o

debate democrático, a formação da opinião pública e o fortalecimento do espaço público (Silva, 2025). Trata-se de uma configuração institucional que legitima e estimula uma prática jornalística orientada pela interpretação crítica e pelo interesse coletivo.

Hallin e Mancini (2016) defendem o jornalismo público engajado como uma alternativa mais efetiva para o fortalecimento da democracia, em contraste com o modelo liberal de jornalismo que simula seu viés ideológico com uma fictícia neutralidade e mitificada objetividade. Em sua análise comparativa entre o telejornalismo público italiano e o comercial norte-americano, os autores observam que o primeiro se distingue por adotar uma postura interpretativa e por promover a pluralidade de vozes políticas, incluindo representantes de partidos, sindicatos e outras organizações sociais, o que amplia o espaço da esfera pública e estimula a participação cidadã.

Já o jornalismo comercial, seguindo a epistemologia positivista da objetividade, tende a evitar interpretações e opiniões, restringindo-se a uma apresentação descontextualizada dos fatos. Isso resulta em um “vácuo interpretativo” e no enfraquecimento do papel do jornalismo como mediador entre a política e a sociedade.

2. Pandemia, vacinação e desinformação em foco

A pandemia de COVID-19 representou uma das mais complexas e profundas crises sanitárias da história recente, com impactos que transcenderam o campo da saúde pública, atingindo esferas econômicas, políticas, culturais e informacionais em escala global. A incerteza científica nos estágios iniciais, a rápida disseminação do vírus e a necessidade urgente de medidas coordenadas entre governos e sociedade colocaram em evidência a importância de fontes confiáveis de informação.

Em vários países, a desinformação e o negacionismo se espalharam principalmente pelas plataformas digitais. Em Portugal, a resposta inicial à pandemia incluiu medidas rigorosas e comunicação governamental intensa para conter o vírus e preservar a coesão social. O país teve dois confinamentos gerais obrigatórios, decretados pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa em março de 2020 e janeiro de 2021, além de vários estados de emergência.

O Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, por exemplo, determinava severas restrições a direitos fundamentais, como circulação, reunião, manifestação e liberdade econômica, refletindo a gravidade da situação. As repercussões também foram severas na

economia: o PIB caiu 6,6% em 2020, e setores como turismo e restauração sofreram fortes quebras, apesar das linhas de apoio estatal, como o pagamento de salários via *layoff* e créditos especiais.

Foram adotadas medidas como teletrabalho obrigatório e uso de máscaras em espaços públicos. A vacinação, coordenada por uma Task Force governamental que enfrentou controvérsias, alcançou sucesso, com 92,4% da população completamente vacinada até março de 2022. A estratégia combinou comunicação, combate à desinformação, promoção da literacia em saúde e fortalecimento da confiança pública.

Apesar de o cenário de instabilidade informacional durante a pandemia de COVID-19 ter eclodido por diversas partes do mundo, a confiança nas notícias, em geral, aumentou em vários países. Especificamente em Portugal, mais de 80% da população considerou a RTP a fonte de notícias mais confiável, segundo dados do Obercom em parceria com o *Reuters Institute*. Esse índice reforça o papel do jornalismo como lugar de referência na vida das pessoas (Correia & Vizeu, 2008) e de credibilidade em contextos de crise.

No cenário brasileiro, o país enfrentou uma das situações mais críticas do mundo, chegando a ocupar o segundo lugar em número de mortes. A orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda em março de 2020, era pelo isolamento social como forma de conter a propagação do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde.

O governo federal, liderado por Jair Bolsonaro, adotou uma postura contrária às restrições, minimizando os riscos da COVID-19 e priorizando a economia. Bolsonaro criticou o isolamento social, defendeu tratamentos sem respaldo científico e disseminou desinformação. A tensão entre saúde e renda afetou milhões, enquanto especialistas reforçaram que a recuperação econômica dependia do controle da pandemia, com investimentos em vacinação, proteção e apoio social.

Por fim, a vacinação tornou-se um dos temas mais controversos. Apesar de sua eficácia comprovada, o governo federal adotou um discurso ambíguo e por vezes negacionista. Falas do presidente ironizando sobre a vacina, atrasos na compra e distribuição de imunizantes, e até o desperdício de doses reforçaram a percepção de negligência.² Dessa forma, a condução da pandemia no Brasil evidenciou um cenário de desinformação e

² *Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação.* Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

profundo impacto social, sanitário e econômico, com consequências duradouras para o país.

3. Notas metodológicas e *corpus* para análise

Para compreender de que forma o serviço público de comunicação português e brasileiro é prestado à sociedade em momentos de crise global, especificamente, como se posicionaram enquanto agentes de inovação informativa, foi necessário estabelecer um caminho teórico-metodológico capaz de abarcar os desafios impostos ao seu dever de esclarecimento público.

Em especial, analisamos o posicionamento adotado por esses noticiários diante das recomendações para a vacinação pública contra a COVID-19, observando se houve adesão ou resistência (negacionismo) às orientações das autoridades sanitárias internacionais e dos respectivos governos, bem como o grau de alinhamento entre a comunicação pública e o Estado no enfrentamento da crise.

Apesar de Brasil e Portugal compartilharem diversos elementos históricos e culturais, as diferenças entre seus sistemas políticos constituem um ponto de partida relevante para a análise das semelhanças e distinções na cobertura da pandemia e a orientação para vacinação pelo telejornalismo público.

Para compreender de que maneira os noticiários cumprem sua função sociopolítica, sistematizamos com base na fundamentação teórica sobre jornalismo público seis características fundamentais: 1) promoção da cidadania; 2) denúncia sobre o que afeta o cidadão; 3) avaliação crítica da condução do governo; 4) estímulo à participação do público; 5) combate à desinformação; e 6) presença de comentaristas qualificados para aprofundar o debate público.

Neste estudo, analisamos comparativamente os noticiários públicos com foco no combate à desinformação. Essa característica é entendida como um dos pilares da função sociopolítica do jornalismo público, especialmente em contextos de crise sanitária e proliferação de discursos negacionistas, nos quais esclarecer informações falsas é vital para formar uma opinião pública crítica e informada.

3.1 Matérias

Assim, escolhemos o *Telejornal* da RTP, transmitido diariamente às 20h00, com ampla audiência em Portugal e nas comunidades portuguesas no exterior. Além da transmissão tradicional, o programa está disponível na plataforma digital RTP Play, acessível em *smartphones*, *tablets*, Smart TV e pelo *site* oficial, permitindo acompanhamento ao vivo ou sob demanda.

No Brasil, escolhemos o *Repórter Brasil*, principal noticiário da TV Brasil (EBC), disponível em todo o país via antena parabólica, TV por assinatura e canais abertos em 24 estados, além de plataformas digitais como o YouTube e o *site* da emissora.

Figura 1 – Apresentação do telejornal Repórter Brasil (TV Brasil)



Fonte: TV Brasil

Para reunir o *corpus* de matérias foi necessário assistir à cobertura dos anos de 2020 e 2021 do noticiário público brasileiro, cuja duração era de 30 minutos em média por edição. Isso resultou no levantamento de 220 matérias sobre as temáticas propostas para a análise. Dessas, reunimos 47 específicas sobre vacinação. A busca foi realizada no próprio *site* da TV Brasil, onde se destacam outros eixos temáticos, além da vacinação.

Quadro 1 – Eixos de cobertura do Repórter Brasil (TV Brasil) durante a pandemia

Tema	Quantidade
Isolamento ou distanciamento social/confinamento	08
Uso de máscaras	06
Vacinação	47
Economia	47
Avanço da contaminação do coronavírus	45
Outros	67
Total	220

Já no noticiário público português, foi preciso assistir às 104 edições do Telejornal, com uma média de 1 hora e 15 minutos em cada edição. Isso resultou no *corpus* de 670 matérias reunidas diretamente a partir do *site* da RTP.

Figura 2 – Apresentação do Telejornal (RTP)



Fonte: RTP Play

Para elencar as edições que seriam vistas na íntegra, foi necessário utilizar o método da semana compósita, selecionando uma edição por semana ao longo dos dois anos de maior evidência da pandemia. Dessas matérias, foi possível obter o levantamento de 83 edições específicas sobre vacinação, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Eixos de cobertura do Telejornal (RTP) durante a pandemia

Tema	Quantidade
Isolamento ou distanciamento social/confinamento	62
Uso de máscaras	18
Vacinação	83
Economia	72
Avanço da contaminação do coronavírus	57
Outros	311
Total	670

Embora o *corpus* expandido possua relevância para a compreensão mais ampla da cobertura jornalística, o recorte metodológico adotado no trabalho, centrado na análise de dez reportagens sobre vacinação, sendo cinco provenientes do telejornal público brasileiro e cinco do português, mostrou-se necessário para permitir um olhar mais aprofundado e comparativo sobre o posicionamento desses noticiários sobre a vacinação.

A seleção das dez matérias analisadas resultou do mapeamento inicial de 670 reportagens da RTP e 220 da TV Brasil, assegurando diversidade temporal, de fontes e enfoques editoriais. O *corpus* foi construído com base no princípio da representatividade (Bardin, 2002), de modo a refletir padrões narrativos predominantes e não casos isolados. Conforme Bauer e Aarts (2002), a representatividade permite estudar uma amostra sem perda substancial de informação, desde que haja correspondência entre seus critérios de distribuição e os da população. Assim, foram escolhidas as reportagens mais expressivas para compreender o posicionamento adotado pelos telejornais públicos durante a cobertura da pandemia de COVID-19.

3.1 Entrevistas

A escolha de profissionais que estão na TV pública brasileira desde os primeiros anos foi fundamental para analisar a autonomia editorial diante dos diferentes governos desde a criação da EBC em 2007. Foram entrevistados repórteres, editores e apresentadores, visando um panorama completo da construção da notícia. Para preservar suas identidades, atribuímos um número diferente a cada um. Abaixo, o quadro mostra a função e o ano de ingresso na TV Brasil:

Quadro 3 – Relação de entrevistados do Repórter Brasil

NOMENCLATURAS ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA TV BRASIL
Entrevistado 01 (E01)	Repórter em Brasília do telejornal <i>Repórter Brasil</i>	Desde 2007
Entrevistado 02 (E02)	Edição de texto em São Paulo do telejornal <i>Repórter Brasil</i>	Desde 2012
Entrevistado 03 (E03)	Apresentação do telejornal <i>Repórter Brasil</i>	Desde 2007 até 2023
Entrevistado 04 (E04)	Edição geral do <i>Repórter Brasil</i>	Desde 2013
Entrevistado 05 (E05)	Edição de texto no Rio de Janeiro telejornal <i>Repórter Brasil</i>	Desde 2012

No caso da escolha dos profissionais da TV pública portuguesa, também foi fundamental oferecer um panorama das diferentes funções que realizam o processo de construção da notícia no Telejornal (RTP). Para preservar a identidade dos entrevistados, optámos por não divulgar seus nomes, apresentando apenas suas funções e o período de ingresso na emissora, conforme é ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 4 – Relação de entrevistados do Telejornal (RTP)

NOMECLATURAS ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA TV BRASIL
Entrevistado 06 (E06)	Repórter de saúde	Desde 1997
Entrevistado 07 (E07)	Repórter de saúde e sociedade/Apresentador	Desde 2015
Entrevistado 08 (E08)	Apresentador	Desde 2003
Entrevistado 09 (E09)	Editor	Desde 2013
Entrevistado 10 (E10)	Repórter de investigação	Desde 2014

4. Operadores de análise

4.1 Pluralismo

Por meio do mapeamento das vozes presentes na cobertura dos noticiários sobre a vacinação contra a COVID-19, será possível identificar de que forma as matérias expressam a sua função sociopolítica. A partir da junção da categorização de Herman (2016) e de Porto (2004), avaliaremos a distribuição de vozes e sentidos nos noticiários a partir dos seguintes indicadores: (a) diversidade significativa de versões, quando há mais de uma fonte com perspectivas distintas, alinhando-se ao ideal democrático; (b) versão única ou restrita, quando apenas um ponto de vista é apresentado; (c) versão única com múltiplas fontes, em que diferentes vozes reforçam a mesma interpretação dos fatos; e (d) diversidade reprimida ou marginalizada, quando há mais de uma leitura da realidade, mas uma delas é nitidamente privilegiada, enquanto as demais são estigmatizadas.

4.2 Autonomia editorial

Há uma diferença entre aquilo em que os jornalistas acreditam, o que realizam e o que podem fazer, sobretudo em contextos com políticas editoriais distantes do serviço público. Diante dessas pressões, Soloski (2016) destaca que a autoridade do público é vital para evitar perda de credibilidade causada por interferências percebidas. Com base na tipologia de Schmitz (2018), esta pesquisa analisa entrevistas feitas a jornalistas do Brasil e de Portugal, adaptando o modelo para examinar a percepção de autonomia na cobertura da pandemia e a adesão das matérias aos princípios do telejornalismo público.

5. Avaliando o pluralismo: como a TV Brasil realiza a cobertura sobre a vacinação

Na cobertura da vacinação pelo Repórter Brasil (TV Brasil), destaca-se a ausência de declarações do Presidente da República durante o período analisado. As reportagens focam a segurança da vacina britânica, a vacinação de gestantes e crianças, o reforço da segunda dose pelo Ministério da Saúde, a inclusão de novos grupos prioritários e alterações no plano nacional de vacinação. Predominam versões restritas e únicas com múltiplas fontes nas matérias.

Quadro 5 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre vacinação

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M01 20/07/20	COVID-19: testes mostram que vacina inglesa é segura	Reportagem - Médico - Pesquisadores - OMS	Diversidade significativa de versões
M02 26/01/21	COVID-19: gestantes e crianças podem ser vacinadas?	Reportagem - Infectologista	Versão única e restrita
M03 12/04/21	Ministro da Saúde reforça importância da segunda dose da vacina	Reportagem - Ministro da Saúde	Versão única e restrita
M04 23/06/21	Ministério da Saúde inclui dois novos grupos prioritários para vacinas	Reportagem - Motorista de ônibus - Professora	Versão única com mais de uma fonte
M05 16/11/21	Governo anuncia mudanças na campanha de vacinação contra a COVID-19	Reportagem - Secretário executivo do CONASS - Ministro da Saúde	Versão única com mais de uma fonte

Em julho de 2020, a matéria M16 destacou que a vacina contra a COVID-19 se mostrou segura na fase inicial de testes, treinando o sistema imunológico sem causar efeitos colaterais graves. Especialistas da Universidade de Oxford e da farmacêutica AstraZeneca, que testava a vacina no Brasil, ressaltaram a importância desses estudos para combater o coronavírus. Um médico brasileiro voluntário no teste relatou não ter apresentado reações e seguiu o protocolo da pesquisa.

Figura 4 – Fase inicial de testes da vacina inglesa contra COVID-19



Fonte: TV Brasil

Já a M17 esclarece as primeiras dúvidas sobre a vacinação em gestantes e crianças. Dessa forma, a matéria apresenta a posição de uma especialista que recomenda a vacinação para diferentes públicos: “É a nossa gota de esperança nesse momento. É segura, é confiável e tem de se fazer duas doses.”

A M18 sugere uma suposta divergência, ainda que de forma implícita, entre a posição da Presidência da República e do Ministério da Saúde sobre a vacinação; isso porque a fala do então responsável pela pasta, Marcelo Queiroga, reforça a importância da segunda dose da vacinação: “É preciso que aqueles que ainda não tomaram a segunda dose, que são muitos, procurem as salas de imunização dos municípios para fazer a segunda dose.”

Já a M19 repercute as falas de dois cidadãos que foram incluídos nos grupos prioritários para vacinação: os trabalhadores de transporte coletivo e os professores de ensino superior. “Nos deixa um pouco mais tranquilos, saber que estamos mais próximos de retomar nossas atividades presenciais e agora de uma forma mais segura” (M19), diz a professora. “Dá para trabalhar com mais tranquilidade e com esperança de voltar para a família com saúde”, explica o motorista de ônibus.

Por sua vez, a M20 não apresenta contrapontos em relação à condução da vacinação do país. Realizada em novembro de 2021, ano de maior letalidade no Brasil pela COVID-19, a M20 aborda o lançamento da campanha do governo que visava alcançar mais de 20 milhões de brasileiros para completar o esquema de vacinação.

O secretário-executivo do CONASS destaca que “é imprescindível que a população atenda a esse chamado do Ministério da Saúde, dos estados e municípios e compareça à

unidade de saúde”. O então Ministro Marcelo Queiroga ressalta: “No início, a recomendação era que essa vacina fosse de dose única. Hoje nós sabemos que é necessária essa proteção adicional.”

5.1 Autonomia editorial no Repórter Brasil (TV Brasil)

As entrevistas revelam que, durante a pandemia, a autonomia editorial do Repórter Brasil foi fortemente limitada por interferências políticas e decisões de gestão alinhadas ao governo federal. Para E01, o noticiário priorizou uma cobertura de “serviço e orientação”, evitando o debate político sobre a atuação governamental, o que resultou em uma narrativa técnica e pouco humanizada.

E02 reforça essa percepção ao mencionar censura explícita à abordagem sobre o sofrimento da população, substituída por uma linha editorial “fria e distante”, frequentemente convergente com a comunicação oficial. Os relatos de E04 e E05 apontam a presença de gestores ideologicamente próximos à presidência, o que acentuou o controle sobre pautas sensíveis, especialmente em relação à vacinação e às medidas sanitárias.

E03 acrescenta que a dependência estrutural da emissora em relação ao Tesouro Nacional favorece interferências recorrentes a cada troca de governo, configurando um padrão histórico de vulnerabilidade editorial. Em conjunto, os depoimentos evidenciam que a TV Brasil atuou sob forte constrangimento político, o que restringiu a pluralidade de vozes e comprometeu sua capacidade de inovação jornalística em um contexto de crise sanitária e desinformação.

6. Avaliando o pluralismo: como a RTP realiza a cobertura sobre a vacinação

Em Portugal, nas matérias do Telejornal (RTP), são manifestadas a aceitação da vacina pela população e profissionais de saúde, primeiro grupo prioritário a receber a imunização contra a COVID-19, a reação de grupos negacionistas em Portugal, a condução do plano de vacinação pelo governo e seus desafios, assim como as divergências e opiniões diversas sobre a vacinação de crianças.

Quadro 6 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre vacinação

MATÉRIA	RETRANÇA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M41 29/12/20	Vacinação em todo o país – No agrupamento do Porto profissionais de saúde falam de confiança	Reportagem - Médicos - Enfermeiros - Diretora clínica	Diversidade significativa de versões
M42 27/06/21	Seis meses de vacinação – A 26 de dezembro de 2020 chegavam ao país as primeiras 9750 doses da vacina	Reportagem - Ministra da saúde - Médicos - Coord. Plano nacional de vacinação COVID-19 - População vacinada - Diretora executiva ACES Lisboa Norte - Voluntária C.M Lisboa	Diversidade significativa de versões
M43 15/08/21	Gouveia e Melo insultado – Coordenador do plano nacional de vacinação vaiado por um grupo de negacionistas	Reportagem - Coord. Plano Nacional Vacinação COVID-19 -Sobe som manifestantes -DJ	Diversidade significativa de versões
M44 16/09/21	Elogio aos portugueses – Presidente da República diz que a adesão à vacinação teve “votação maioritária”	Reportagem - Presidente da República - Presidente da Assembleia da República	Versão única ou restrita
M45 21/11/21	Vacinação das crianças – Especialistas dividem-se sobre as vantagens	Reportagem - Pediatras	Diversidade significativa de versões

A M41 apresenta a satisfação e confiança de médicos e enfermeiros que receberam as primeiras vacinas no país: “tivemos momentos muito complicados, e essa é uma luta

desigual”; “espero que aqui seja um motivo para os profissionais estarem em segurança e tratarem dos doentes em segurança”. O sentimento de alívio também foi compartilhado por profissionais que estavam na linha de frente da aplicação das vacinas.

Seis meses após o início da vacinação, a M42 revisita o plano e cita a Ministra da Saúde: “É um marco histórico para todos nós depois de um ano tão difícil.” Também destaca falas dos primeiros médicos vacinados, que veem a vacina como uma “janela de esperança” e expressam confiança e tranquilidade.

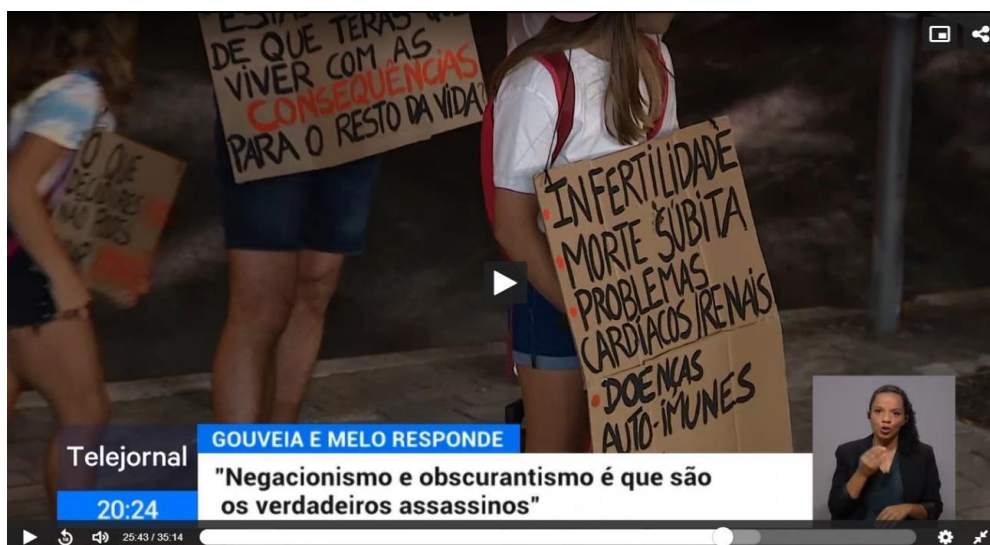
É mencionado no *off* da repórter o caso da demissão do primeiro coordenador da Task Force: “Mas no plano chegam a acontecer desvios de vacinas e ultrapassagens perigosas. A 28 de janeiro de 2021 o país batia recordes. Em 24 horas morriam 303 pessoas e havia mais de 16 400 novas infeções. Houve demissões e em fevereiro muda o homem do leme”, afirma, referindo a nomeação do vice-almirante Gouveia e Melo.

Até 08 de agosto de 2021, o governo esperava que pelo menos 70% da população tivesse recebido a primeira dose da vacina. O *off* da repórter diz “já se sabe que pode atrasar”, ao apresentar a fala de um idoso que estava recebendo a dose única em junho de 2021: “Dá-me a impressão de que está um bocadinho atrasado”, afirmava.

Já o coordenador da Task Force demonstra otimismo para o cumprimento do plano: “Nossa estimativa é começarmos a vacinar pessoas dos 20 anos no dia 4 de julho, no caso 18 até os 30 anos. Portanto, daqui a 15 dias temos todas as faixas etárias em processo de vacinação”. A posição dos profissionais de saúde que estavam na aplicação das vacinas também é apresentada na M42: “Sinto maior orgulho em estar aqui e tentar ajudar as pessoas e salvar vidas.”

Por sua vez, a M43 apresentou uma manifestação contra a vacinação e insultos ao coordenador da Task Force. A matéria inicia com barulhos de vaias e palavras ditas “assassino”. As imagens das placas traziam as seguintes imagens: “injeção não é obrigatória”, “União Europeia 20.525 mortes injeção”, “Crianças não!”, “Portugal 1087 incapacitados”, “Portugal 68 mortes de injeção”.

Figura 4 – Manifestações contrárias à vacinação contra COVID-19 em Portugal



Fonte: RTP Play

A posição do vice-almirante é apresentada: “O negacionismo e o obscurantismo são os verdadeiros assassinos. Morreram mais de 18 000 pessoas em resultado desta pandemia” (M43). Também é apresentado mais um *sobe som* dos manifestantes: “Vocês vão para a morte! Problemas cardíacos!”, afirmavam. Mais uma vez, a posição do vice-almirante é colocada: “Têm o direito à sua opinião, como é evidente. No entanto, esse direito não pode implicar que os outros não tenham também direito à sua”, afirma.

Mais adiante, Gouveia e Melo parabeniza os 103 mil jovens que receberam a imunização de forma voluntária, entre os 16 e 17 anos, que já se haviam vacinado voluntariamente: “Esses jovens já demonstram uma maturidade muito superior à dos que estão atrás de mim nesse momento”. Em Odivelas, o DJ do centro de vacinação dedica uma música ao almirante, reconhecendo seu papel na liderança da Task Force e o bom desempenho de Portugal na vacinação.

Já a M44 apresenta o repúdio do Presidente da República sobre as posições negacionistas a respeito da vacinação: “Mais importante do que o que é condenável na democracia, os excessos nas defesas negacionistas, é demonstrar o carácter ultraminoritário desse setor da opinião pública portuguesa.”

Também apresenta a posição do presidente da Assembleia da República Portuguesa: “Não vou falar de negacionistas. Só quero prestar a minha homenagem ao senhor vice-

almirante Gouveia e Melo.” Mais uma vez, apresenta a fala do Presidente, que apela para a conscientização sobre a vacinação.

Já a M45 abre a edição do noticiário e aborda a necessidade ou não de vacinar as crianças dos 5 e 11 anos de idade: “A discussão sobre as vantagens de vacinar crianças não encontra consensos entre pediatras e epidemiologistas”, afirmava a apresentadora. Naquele momento, diante da ausência da recomendação da Direção-Geral da Saúde (DGS) para a vacinação de crianças, que só veio a ter o parecer da Comissão Técnica de Vacinação posteriormente, em 7 de dezembro de 2021, muitas eram as incertezas.

Dessa forma, a M45 apresenta algumas opiniões de pediatras que eram favoráveis e contrárias à vacinação da faixa etária: “Isso é um elemento fundamental para a erradicação do vírus na sociedade”; “Quando vacinamos uma criança contra a meningite, contra o sarampo, contra a poliomielite sabemos que o benefício que estamos a dar é infinitamente maior. E hoje não sabemos isso nessa vacina.” A M45 conclui que uma comissão de pediatras havia sido formada pela DGS para elaborar parecer técnico sobre o assunto, apesar de a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) já a ter recomendado.

6.1 Autonomia editorial no Telejornal (RTP)

Nas entrevistas realizadas a jornalistas da RTP, observa-se uma percepção mais estável em relação à autonomia editorial, ainda que permeada por desafios estruturais e pressões conjunturais. Os profissionais reconhecem que a emissora pública portuguesa mantém, em geral, independência nas decisões jornalísticas, sustentada por mecanismos institucionais como o Conselho Geral Independente.

E06 destaca que “a pandemia reforçou o compromisso da RTP com a informação de interesse público”, com forte investimento na checagem de dados e na comunicação científica. No entanto, E07 e E09 apontam que, apesar da autonomia formal, existem tensões pontuais relacionadas a decisões estratégicas e disputas internas sobre a abordagem política da crise. Segundo E08, essas pressões não configuram censura direta, mas “ajustes editoriais” orientados pela tentativa de preservar equilíbrio e credibilidade diante da polarização social.

Já E10 afirma que sempre sentiu liberdade para se posicionar a favor do interesse público. Assim, os depoimentos sugerem que, embora a RTP também enfrente constrangimentos econômicos e pressões simbólicas, seu modelo institucional garante maior estabilidade e previsibilidade editorial. Diferentemente do caso brasileiro, a emissora portuguesa

conseguiu preservar um padrão de cobertura mais plural e informativo, reforçando sua legitimidade como veículo público em contexto de crise.

7. Análise comparativa: desafios do noticiário público no combate à desinformação

A análise comparativa entre os noticiários da televisão pública em Portugal e no Brasil durante a pandemia de COVID-19 permite refletir sobre os diferentes modos de atuação do jornalismo público diante de uma crise sanitária global marcada pela desinformação e pela politização da ciência.

Em Portugal, observou-se a prevalência de matérias com diversidade significativa de versões, evidenciando um esforço do Telejornal (RTP) para apresentar múltiplas perspectivas com vozes da sociedade, ciência e governo sobre a vacinação, inclusive divergências sobre temas sensíveis, como a imunização de crianças, o que demonstra a valorização de diferentes vozes no debate público.

O Telejornal também assume um papel na preservação do espaço democrático, ao optar por não dar maior visibilidade às manifestações contrárias à vacinação pública (M08), em face da ausência de argumentação fundamentada racional e cientificamente. Tal posição é confirmada nas entrevistas aos jornalistas da RTP, que, unanimemente, reconhecem sua responsabilidade social diante de abordagens que possam elucidar o populismo e o colapso do bem coletivo.

Nesse sentido, a atuação do noticiário português destaca-se enquanto inovação informativa ao: a) incluir a explicação científica sobre a eficácia das vacinas, inclusive com a utilização de recursos técnicos e grafismo e b) explorar testemunhos de profissionais de saúde (infectologistas, matemáticos, pediatras e outros) em diferentes opiniões em prol da vacinação (M06, M07 e M10).

Nesse caso, justifica-se a distinção privilegiada de uma versão hegemônica, que nesse caso é a ciência, e a problematização da outra versão conduzida por manifestações negacionistas, ao evidenciar as ameaças de suas consequências à saúde da população. Essa prática não apenas confere densidade ao discurso jornalístico, como também reafirma seu compromisso democrático, o que significa manter o contraditório e a diversidade de opiniões, mas sem cair na falsa equivalência de apresentar os posicionamentos justificados e fundamentados, num jornalismo declaratório, como

equivalentes à desinformação e ao negacionismo científico inspirados na concepção da pós-verdade, que não reconhece a necessidade de justificação racional. Isto evidencia a importância da defesa de Gans (2003) do direito do jornalista a se posicionar e fazer juízo de valor, contestando a ideologia epistêmica positivista da objetividade que pretende proibir a opinião do profissional por conceber o significado dos fatos como absoluto e inerente à sua própria natureza, independente de qualquer interpretação.

O jornalismo deve abarcar a complexidade social, representando múltiplas vozes, mesmo quando em confronto direto. No entanto, a boa prática jornalística nos mostra que tal ideal não deve impedir o jornalista de denunciar as ameaças ao bem-comum representadas pelos posicionamentos que não se ancoram em evidências científicas.

Assim, ser neutro e imparcial diante do confronto entre o interesse coletivo/público e o interesse particular/privado não pode ser considerado uma atitude ética, pois é um crime. A função do contraditório deve ser exercida em favor de uma ética da responsabilidade, que preserve os valores democráticos e a racionalidade pública legitimados pela validação da comunidade de comunicação, conforme a perspectiva da teoria consensual da verdade.

Já na análise do Repórter Brasil (TV Brasil), observou-se um silenciamento da dimensão política na cobertura da vacinação contra a Covid-19. A sucessiva demissão de quatro ministros da Saúde por desalinhamento com a posição da Presidência da República foi ocultada nas narrativas jornalísticas. Esse apagamento compromete a função da mídia pública como espaço de mediação crítica (Gans, 2003; Hackett, 2016), sobretudo diante da gravidade de uma emergência sanitária atravessada por conflitos políticos evidentes.

Dessa forma, a prevalência da versão restrita e da versão única com múltiplas fontes nas matérias sobre a vacinação indica uma limitação na diversidade de perspectivas apresentadas. Embora as matérias incluam diferentes fontes, elas reforçam uma mesma interpretação dos fatos, centrada em orientações técnicas, sem espaço para tensionamentos ou vozes dissonantes às declarações do Presidente da República, figura central nas disputas políticas sobre a vacinação no país.

Ainda assim, é possível levantar a hipótese de que esse silenciamento da dimensão político-conflitiva, especialmente da postura negacionista do presidente, tenha operado como uma forma sutil de resistência institucional. Ao priorizar a escuta dos especialistas, incluindo os ministros da Saúde favoráveis à vacinação, e ao ecoar a confiança da

população na imunização, o noticiário público adotou uma estratégia de contenção dos discursos desinformativos ou anticientíficos. Essa dimensão do conflito entre a produção jornalística e a posição antivacina do governo é confirmada nas entrevistas a profissionais que denunciam a censura de notícias sobre temas que desagradam à Presidência.

Assim, a ausência de destaque das falas presidenciais contrárias à vacinação deve ser vista como uma tentativa de preservar o discurso científico em meio à crise. Nesse contexto, a inovação observada reside na possibilidade de resistência institucional do jornalismo público frente ao negacionismo político-institucional. Dessa forma, o Repórter Brasil cumpriu parcialmente sua missão de serviço público quando essa escolha veio acompanhada de silêncios estratégicos.

Por outro lado, o noticiário descontextualiza um dos principais problemas enfrentados naquele momento: a politização da crise sanitária e o confronto direto entre governo federal e instituições científicas. Assim, revela os limites de sua atuação crítica em momentos de instrumentalização política, reafirmando, por contraste, o papel deliberativo que se destacou no caso português.

Conclusão

O presente estudo buscou compreender se e como os noticiários públicos do Brasil e de Portugal desenvolveram estratégias de inovação no enfrentamento da desinformação durante a pandemia de COVID-19. Considerando que o telejornalismo público se orienta pelo interesse coletivo, a análise evidenciou a importância de examinar suas práticas sobretudo sob a perspectiva simbólica e institucional da inovação.

Ambos os telejornais desempenharam papel relevante na mediação entre ciência e sociedade, traduzindo informações técnicas, esclarecendo dúvidas e combatendo narrativas desinformativas. Essa função pedagógica reafirma o jornalismo público como instância promotora de cidadania e serviço social, configurando uma forma de inovação baseada na credibilidade e na responsabilidade.

Por outro lado, ao comparar os contextos brasileiro e português, observam-se contrastes marcantes nas respostas de enfrentamento à crise sanitária. Em Portugal, a atuação da RTP destacou-se pela reafirmação de princípios éticos e pela aposta na credibilidade como mecanismo de inovação simbólica, não necessariamente pelo uso de tecnologias

emergentes, mas pela reafirmação de compromissos deontológicos diante de contextos sociais desafiadores.

Sendo assim, podemos destacar três dimensões de inovação simbólica na atuação da RTP:

a) priorização do interesse público, evidenciada pelo esclarecimento do conhecimento científico; b) silenciamento estratégico de discursos anticientíficos, como a decisão editorial de não amplificar manifestações contrárias à vacinação, escolha que pode ser compreendida não como censura, mas como um exercício de responsabilidade pública e compromisso com a não disseminação da desinformação; e, por fim, c) a resistência à instrumentalização política, com a manutenção de uma relativa autonomia editorial e a preservação do dever de serviço público centrado no compromisso com o escrutínio da informação.

No contexto brasileiro, a análise revelou limitações mais significativas. A pressão governamental sobre a comunicação pública e episódios de censura à cobertura crítica restringiram o potencial de inovação e o cumprimento pleno da função democrática da EBC. Essa constatação reforça a urgência da consolidação de mecanismos que garantam o caráter público da EBC, como o controle social, a gestão independente do governo e o financiamento diversificado, de modo a assegurar a sua autonomia editorial.

Conclui-se, portanto, que a inovação no jornalismo público durante a pandemia não se deu de forma uniforme entre os dois países. Enquanto a RTP expressou inovação simbólica vinculada ao fortalecimento da credibilidade e da ética pública, a TV Brasil enfrentou obstáculos estruturais e políticos que limitaram avanços nesse sentido. Em ambos os casos, confirma-se que a possibilidade de inovar, técnica, simbólica ou institucionalmente, está diretamente condicionada pela autonomia editorial e pela solidez das estruturas que sustentam o serviço público de comunicação.

REFERÊNCIAS

- Ascensão, P. (2019). O pluralismo da informação no serviço público de televisão: Análise das temáticas e atores das notícias no telejornal da RTP. In F. R. Cádima (Org.), *Diversidade e pluralismo nos média* (pp. xx–xx). Instituto de Comunicação da Nova.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bauer, M., & Aarts, B. (2002). A construção do corpus: Um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.

- Benetti, M. (2010). *Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In C. Lago, & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (3.^a Ed.) — Coleção Fazer Jornalismo. Vozes.
- Bucci, E. (2015). *O estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular*. Companhia das Letras.
- Cádima, R. F. (2016). O “Public Service Media”, a RTP e os desafios da era digital. In *Os desafios dos media de serviço público (Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, 2)*. Universidade de Coimbra.
- Coleman, R. (2003). Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In N. Traquina, & M. Mesquita (Orgs.), *Jornalismo cívico*. Livros Horizonte.
- Correia, J. C. & Vizeu, A. E. (2008). A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In A. Vizeu (Org.), *A sociedade do telejornalismo*. Vozes.
- Gans, H. (2003). *Democracy and the news*. Oxford University Press.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia*. Tempo Brasileiro.
- Hackett, R. (2016). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões e “estórias”* (pp. 147-188). Insular.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de media — Estudo comparativo: três modelos de comunicação e política*. Livros Horizonte.
- _____ (2016). Falando do presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 413-436). Insular.
- Herman, E. (2016). A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Insular.
- Herscovitz, H. (2010). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago, & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (3.^a Ed.) — Coleção Fazer Jornalismo (pp. 123-142). Vozes.
- Mendel, T., & Salomon, E. (2011). O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros (C. B. David, Trad.) — Série Debates CI, n.º 7. UNESCO.
- Pavlik, J. V. (2013). Innovation and the future of journalism. *Digital Journalism*, 1(2), 181–193. <https://doi.org/10.1080/21670811.2012.756666>
- Porto, M. (2004). Enquadramentos da mídia e política. In A. A. C. Rubim, *Comunicação e política. Conceitos e abordagens*. EDUFBA.
- Ross, E. (2008). A supressão das notícias importantes. In C. Berger, & B. Marocco (Orgs.), *A era glacial do jornalismo* (Vol. 2). Sulina.
- Rothberg, D. (2010). Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In R. Christofletti (Org.), *Vitrine e vitraço: crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. LabCom, Universidade da Beira Interior.
- Schmitz, A. A. (2018). *Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: Lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora* [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Silva, A. (2025). A autonomia jornalística na televisão pública brasileira e portuguesa. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/64506>

- Sousa, H., & Santos, L. A. (2003). RTP e serviço público: Um percurso de inultrapassável dependência e contradição. In M. Pinto et al. (Eds.), *A televisão e a cidadania: Contributos para o debate sobre o serviço público*. Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1002/1/helenasousa_lu%C3%ADssantos_RTP_2003.pdf
- Soloski, J. (2016). A ideologia do profissionalismo jornalístico. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Vega.